



Terra Indígena Yanomami

Audiência Pública no Senado Federal

Violação aos direitos humanos dos povos
indígenas

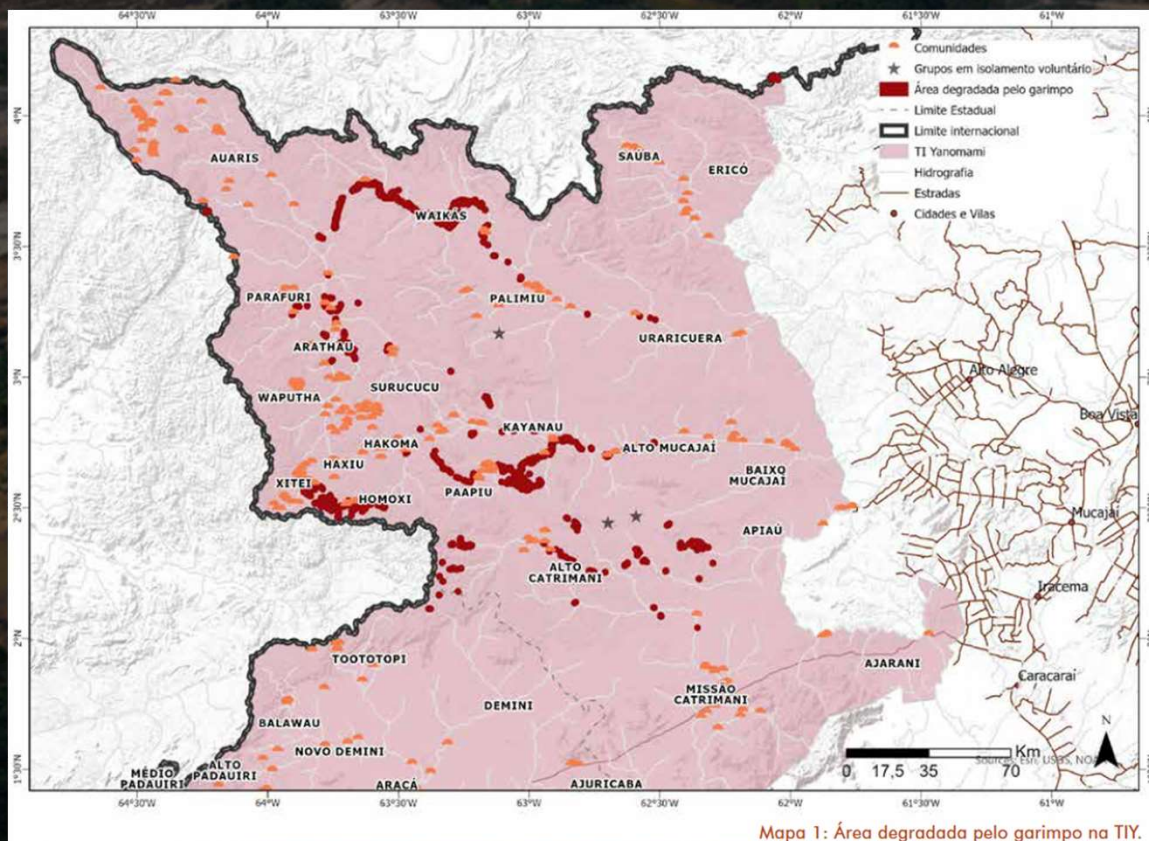


TI Yanomami

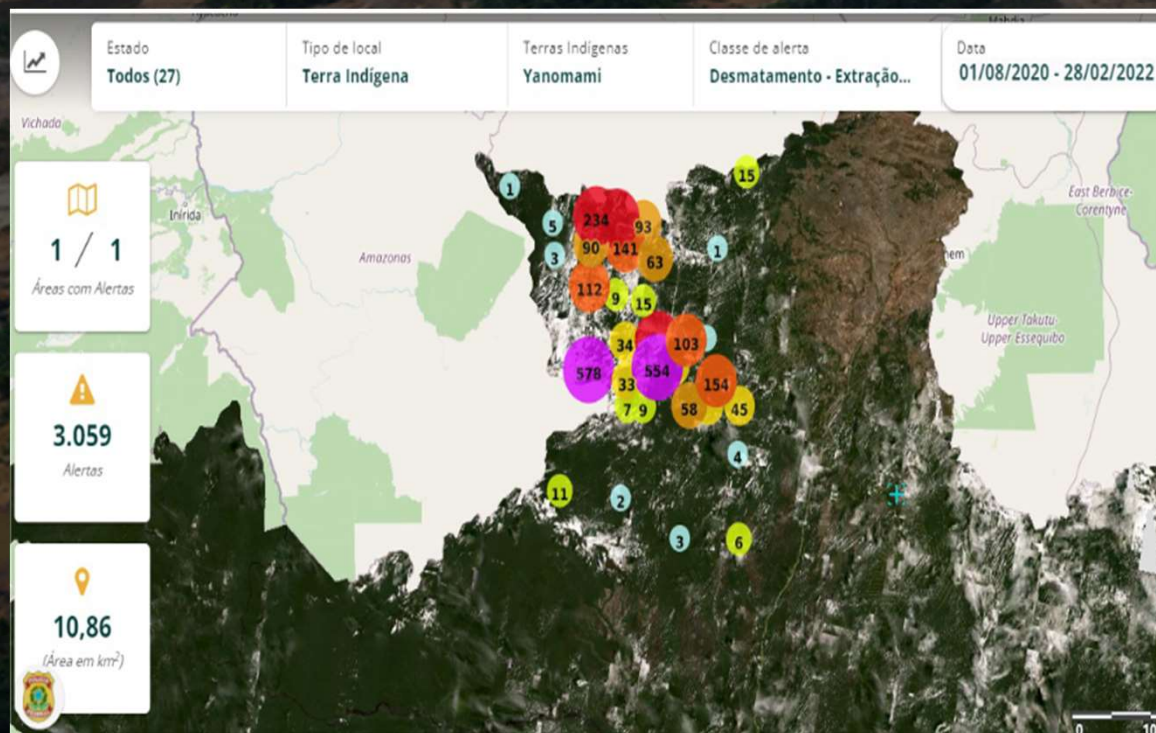
- ▶ Pior momento desde a demarcação em 1992. Só igualável à corrida do ouro na década de 1980. A partir de 2016 a curva de destruição do garimpo assumiu uma trajetória ascendente e, desde então, tem acumulado taxas cada vez maiores. 3.272 hectares desde 2018 (relatório HAY).
- ▶ Tragédia humanitária em curso. Afeta mais de 16 mil indígenas, especialmente índios de pouquíssimo contato com a sociedade, e exige uma verdadeira operação de guerra para retirada de milhares de garimpeiros.

Invasão garimpeira na Terra Indígena Yanomami é levada a cabo por garimpeiros (FAB), em 1990

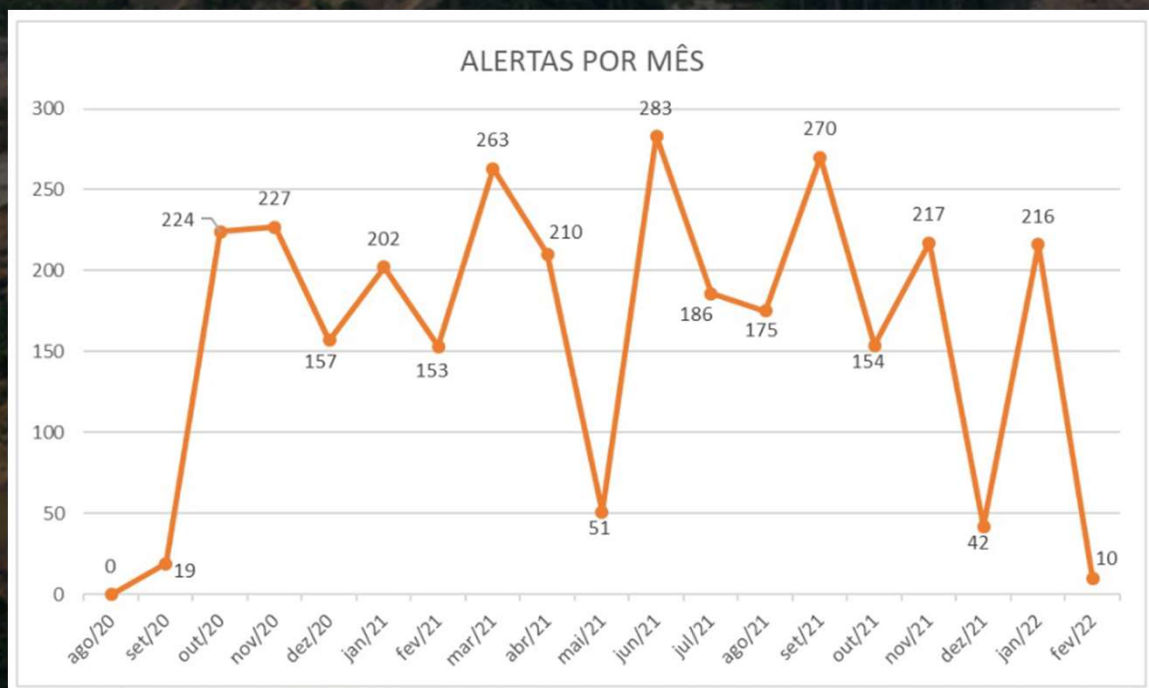
Mapa do garimpo na TI Yanomami



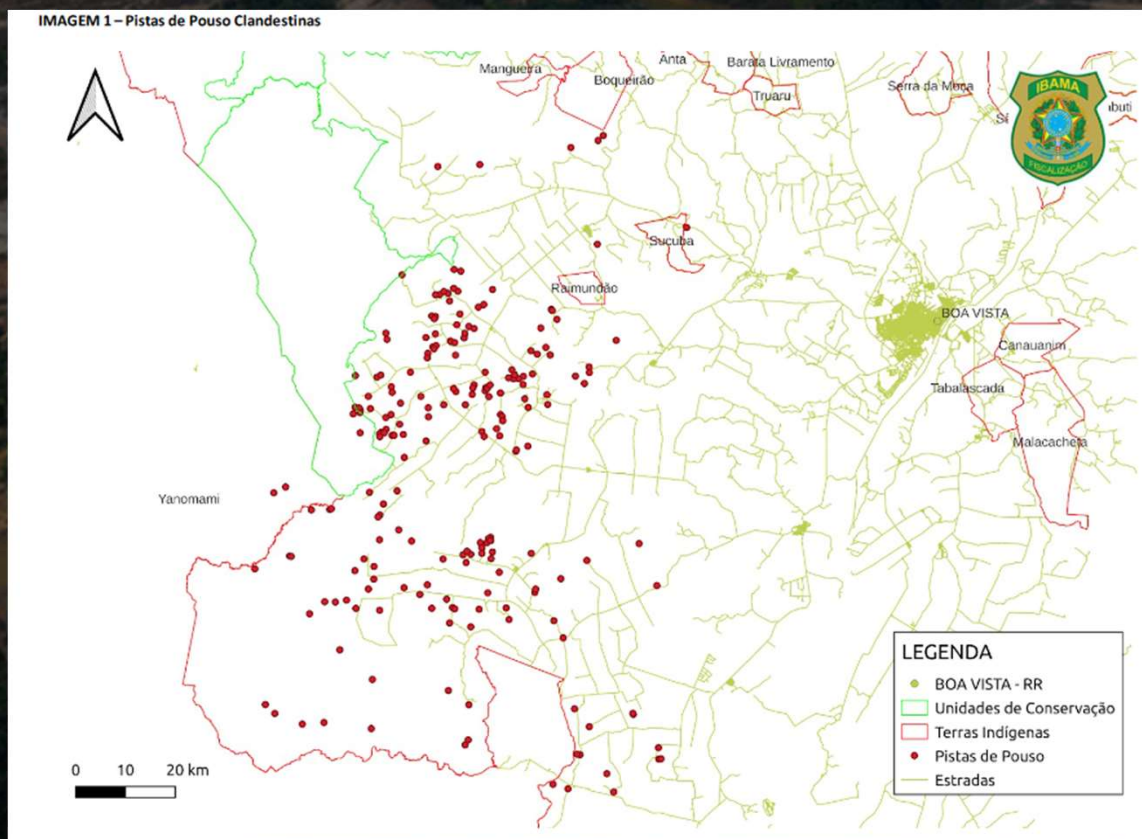
Mapa do garimpo na TI Yanomami



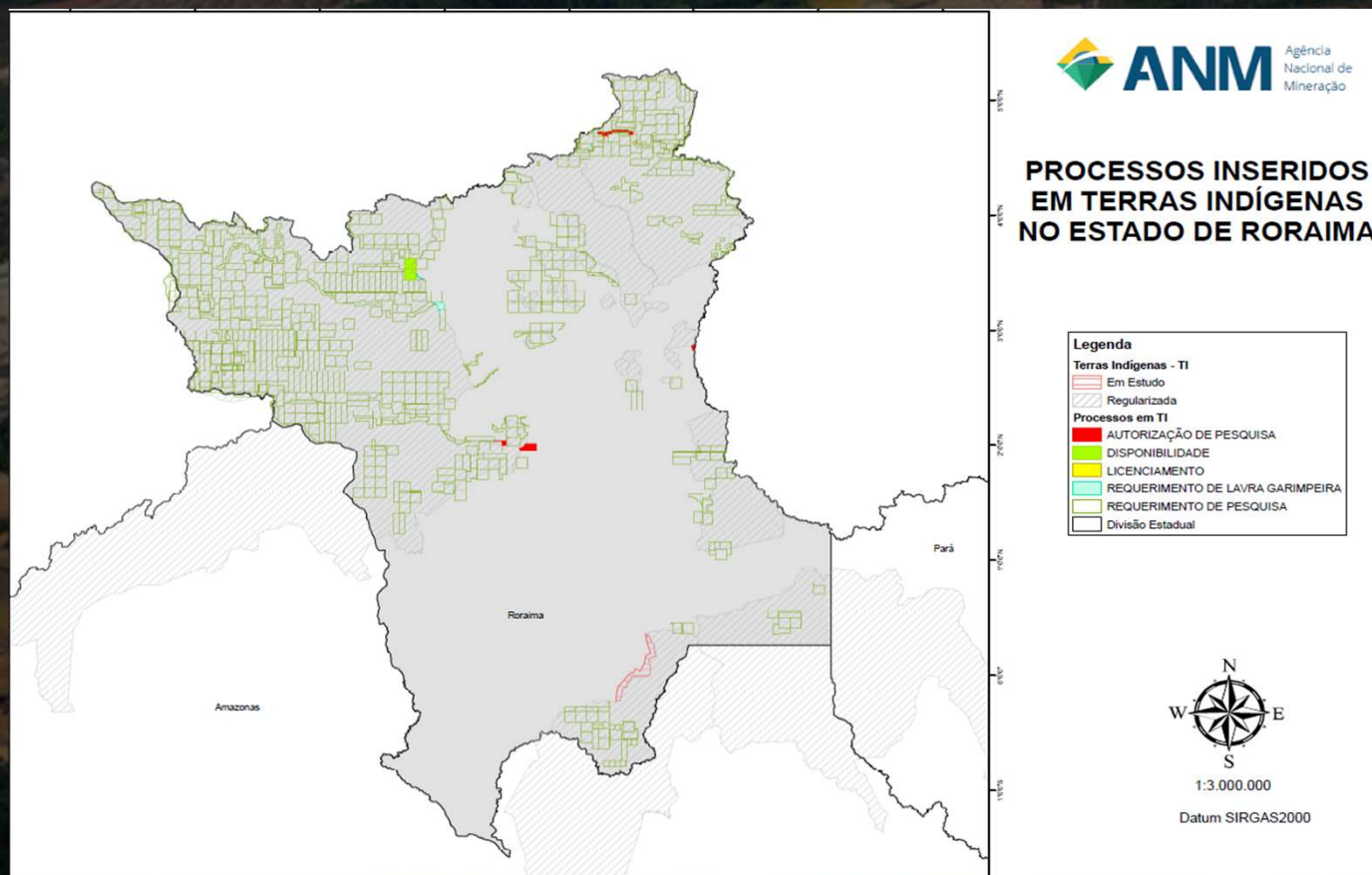
Mapa do garimpo na TI Yanomami



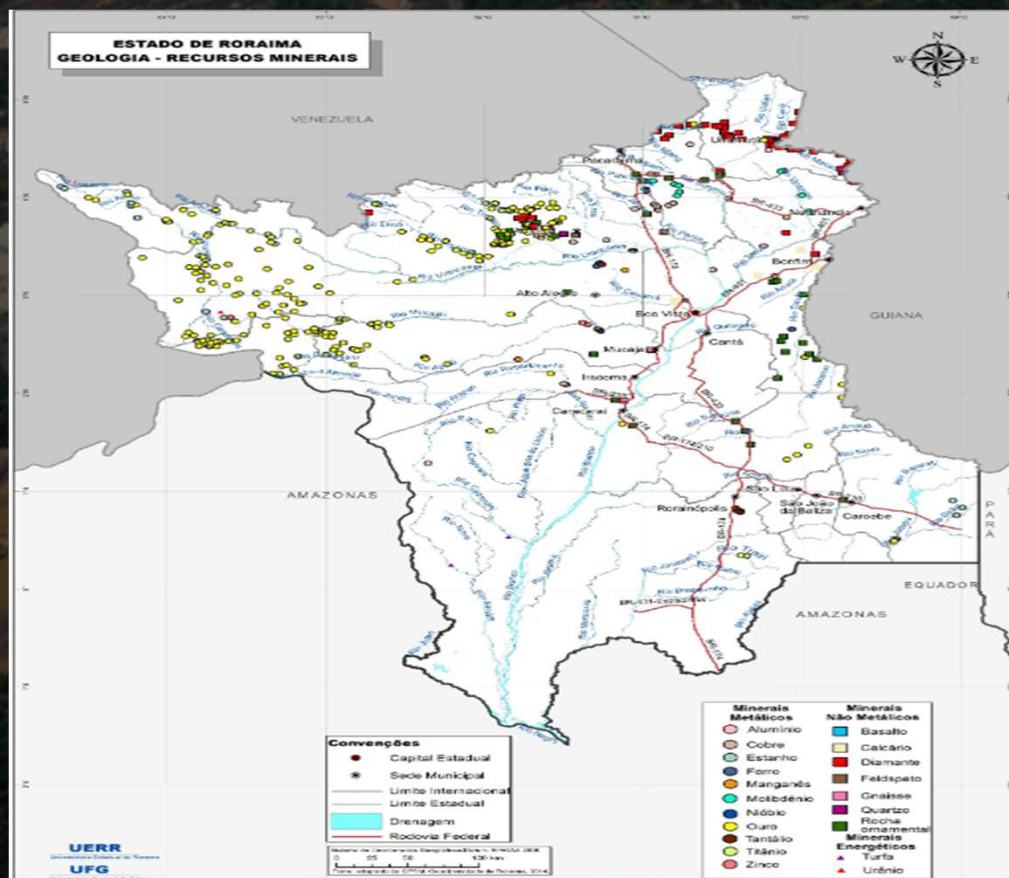
Mapa do garimpo na TI Yanomami Pontos de apoio fora da TI



Mapa do garimpo na TI Yanomami



Mapa do garimpo na TI Yanomami





Estrutura criminosa do garimpo

- ▶ Financiadores
- ▶ Garimpeiros
- ▶ Apoiadores logísticos
- ▶ Receptadores



Danos socioambientais

- ▶ Ambientais: desmatamento, assoreamento dos rios e contaminação por mercúrio
- ▶ Culturais: elementos culturais exógenos e introdução de bens industrializados
- ▶ Prostituição das mulheres indígenas, inclusive crianças e adolescentes
- ▶ Uso de drogas (cocaína) e alcoolismo entre indígenas
- ▶ Perda dos meios de autossustentência (roçados, fauna aquática e caça)
- ▶ Saúde: fechamento de postos de saúde e piora dos dados epidemiológicos (subnutrição e malária);
- ▶ Precarização dos serviços públicos (venda de vacinas, corrupção de servidores, etc.)
- ▶ Potencialização dos conflitos intercomunitários
- ▶ Criminalidade urbana, fortalecimento de facções criminosas e contaminação de peixes
- ▶ Valoração dos impactos do garimpo de ouro em 2020 (CSF/MPF): R\$ 1,6 bilhão



Fatores para intensificação do garimpo

- ▶ Fatores socioeconômicos: valorização do ouro, desemprego/subemprego, tolerância social e discurso político
- ▶ Fatores institucionais: desmonte das estruturas de fiscalização e ineficiências das operações de repressão
- ▶ Fatores jurídico-legais: penas baixas e falta de regulação da cadeia do ouro



Ações do MPF

- ▶ 2017: ACP 1000551-12-2017.4.01.4200. Bases de proteção etnoambiental (Bapes). Walo Pali, Serra da Estrutura e Palimiu.
- ▶ Descumprimento parcial. Insuficiência das Bapes.
- ▶ 2020: ACP 1001973-17.2020.4.01.4200. Operação emergencial de desintrusão.
- ▶ Operações em 2021. Cessaço em 2022. Intensificação do garimpo.



Propostas para enfrentamento do problema

- ▶ Refutar a visão fatalista: o garimpo não é inevitável
- ▶ Desintrusão: operação interagências dentro e fora de TI. ACP 1001973-17.2020.4.01.4200. Dentro e fora de TI; destruição de todo o maquinário encontrado; estruturação dos órgãos locais (PF, Ibama e Funai) de instrumentos para realizar tais operações, como uma aeronave.
- ▶ Fortalecimento das estruturas de fiscalização. As bases de proteção etnoambiental. Cumprimento integral ACP 1000551-12-2017.4.01.4200. Novas bases de proteção.
- ▶ Investigações policiais focadas nas organizações criminosas que atuam nos garimpos e no apoio logístico.
- ▶ Ação de agências regulatórias: fiscalização da internet fornecida a garimpeiros (ANATEL), combustível de aviação (ANP) e fiscalização de aeronaves (ANAC).
- ▶ Incremento das penas e/ou tipificação de outros crimes (organização criminosa e lavagem de dinheiro)
- ▶ Regulação da cadeia do ouro
- ▶ Políticas sociais voltadas à geração de renda
- ▶ Política educacional



Obrigado!